

Resposta à interpelação oral apresentada pela deputada à Assembleia Legislativa, Loi I Weng

Obrigada, Sra. Deputada Loi I Weng.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

Macau é uma terra pequena mas com alta densidade demográfica. Desde o seu estabelecimento, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) tem vindo a criar condições, através de diversos projectos e financiamentos, para incentivar as escolas a explorarem os seus espaços, a aproveitarem melhor os recursos comunitários e a realizarem actividades lectivas com características próprias, assim como a apoiar as escolas na construção de edifícios escolares para melhorar o ambiente pedagógico.

No que diz respeito às obras de construção de edifícios escolares, a Direcção dos Serviços de Educação e de Desenvolvimento da Juventude (DSEDJ) elaborou as orientações sobre a construção e segurança da escola, as quais as escolas devem seguir na concepção e no desenvolvimento das obras de construção, de ampliação e de decoração dos edifícios escolares, no sentido de garantir que os alunos tenham um ambiente de aprendizagem seguro e adequado. Desde o retorno de Macau à Pátria até agora, o Governo da RAEM concedeu 12 terrenos e 14 instalações para fins educativos, tendo acompanhado e apoiado os planos de ampliação e reconstrução de 59 unidades escolares, aumentando a área escolar por aluno e melhorando significativamente o espaço das escolas, disponibilizando desta forma mais salas de aula, campos, salas de actividades especiais e espaços para actividades após as aulas, entre outros espaços para actividades lectivas. Ao mesmo tempo, está

previsto nos planeamentos de curto, médio e longo prazo a transferência da maioria dos edifícios escolares em pódio das escolas da educação regular para novas instalações ou para o Bairro das Escolas da Unidade Operativa de Planeamento e Gestão (UOPG) Este-2. No futuro, oito escolas e um centro de actividades educativas serão construídos nos lotes B1 e B2 na UOPG Este-2, e as instalações desportivas vizinhas destinar-se-ão a treinos do sector escolar e a jogos desportivos escolares de todas as escolas de Macau.

Segundo a Direcção dos Serviços de Solos e Construção Urbana, o Governo da RAEM está a desenvolver de forma ordenada os trabalhos de elaboração dos planos de pormenor de cada Unidade Operativa de Planeamento e Gestão, para o efeito e em resposta à evolução demográfica e às necessidades específicas da prestação de serviços, serão melhor planeados solos para os equipamentos educativos comunitários de ensino secundário e primário. A fim de permitir uma melhor racionalização dos recursos de solos, o Governo da RAEM tem vindo a promover activamente a sua utilização provisória. Nomeadamente, os lotes B13 da Zona A dos Novos Aterros, C8 do Lago Nam Van e BT7 da Taipa serão destinados à construção de campos livres provisórios e utilizados prioritariamente pelas escolas. No futuro, o Governo da RAEM continuará a avaliar as condições dos terrenos para serem provisoriamente utilizados, com vista a atender às diferentes necessidades da sociedade.

O Governo da RAEM acolhe favoravelmente que as escolas estabeleçam ligações com diversos recursos comunitários e aproveitem os recursos sociais para expandir os espaços de aprendizagem dos alunos, desde que seja garantida a segurança dos docentes e dos alunos, e que os locais preencham os requisitos

regulamentares das autoridades responsáveis pela fiscalização e controlo das obras públicas e pela segurança contra incêndio, entre outras. O presente Governo da RAEM tem-se empenhado na criação de condições, em incentivar as escolas a explorarem mais os espaços do próprio recinto escolar e a aproveitarem melhor os recursos comunitários, em desenvolver actividades lectivas com características próprias nas áreas tais como a inteligência artificial, o desporto, a educação para a generalização do conhecimento científico, a educação patriótica. Por exemplo, quanto à promoção do ensino de inteligência artificial em todos os níveis de escolaridade, no ano lectivo de 2025/2026, algumas escolas foram incentivadas a construir salas de aula de IA (salas de aula experimentais de inteligência artificial); e, para o ano lectivo de 2026/2027, é introduzido um financiamento específico no “Plano de Financiamento para o Desenvolvimento das Escolas” para apoiar a maior parte das escolas na preparação de salas de aula de IA, de forma a que os alunos possam dominar de maneira mais eficaz esta tecnologia, aumentando, desta forma, a eficácia da sua aprendizagem.

Para criar um ambiente escolar saudável e vital que incentive a prática regular de exercício físico, a DSEDJ iniciou a partir do ano lectivo de 2024/2025 o Plano “Escola Dinâmica” e lançou “seis medidas desportivas”, financiando as escolas na aquisição de equipamentos desportivos conforme as condições dos seus espaços, de forma a aproveitar plenamente o tempo e os espaços para actividades desportivas dentro e fora das escolas. No futuro, a DSEDJ irá aprofundar o “Plano”, financiar as escolas para a criação de equipamentos desportivos inteligentes e de um sistema de gestão de IA (aplicação móvel), no sentido de aumentar o tempo de exercício físico dos alunos em casa após as aulas e nos intervalos.

No âmbito da popularização científica, desenvolver-se-á plenamente o papel do Centro de Ciência de Macau como uma Base Educativa Nacional de Popularização Científica. A DSEDJ e o Centro de Ciência de Macau desenvolvem juntos diversos projectos de cooperação entre o Centro e as escolas na área da educação científica e tecnológica de acordo com as necessidades das diversas escolas, transformando assim o Centro de Ciência de Macau numa importante sala de aula externa para a realização de cursos de ciência e tecnologia, para a realização de competições e projectos de treinos de apoio à inovação científica e tecnológica e para a formação de futuros quadros qualificados nesta área.

Em relação à educação patriótica, a DSEDJ aproveita os ricos recursos da educação patriótica de Macau e do Interior da China para criar uma “sala de aula itinerante”, utilizando a Base da Educação do Amor pela Pátria e por Macau para Jovens como alicerce, lançou o “Projecto de Educação sobre a Extensão do Amor pela Pátria e por Macau”, articulando os locais históricos de diferentes zonas de Macau e recursos pedagógicos para apoiar as escolas na planificação de diferentes percursos de aprendizagem. A DSEDJ também coopera com a Base de Educação Patriótica para Jovens de Hong Kong e Macau e a Base de Formação de Educação sobre Perspectiva Geral da Segurança Nacional para Jovens de Macau, já estabelecidas respectivamente em Pequim e na província de Shandong, promovendo assim a aprendizagem dos alunos, jovens e pessoal docente de Macau nestas bases de educação do Interior da China.

O Fundo Educativo (FE) coopera continuamente com as escolas, simplificando os trabalhos administrativos destas, sob o pressuposto do rigoroso cumprimento do uso racional do erário público e do cumprimento do dever de fiscalização. O FE criou, no sistema de

candidatura ao financiamento, uma lista branca sobre a realização de obras e a aquisição de equipamentos, e criou bases de dados em relação a empreiteiros de obras, fornecedores de equipamentos informáticos e fornecedores de actividades de visita das escolas ao exterior, as quais dispõem de um mecanismo de fiscalização interna. As escolas devem ainda avaliar os empreiteiros e fornecedores de serviços conforme as disposições estabelecidas, com vista a assegurar uma selecção pertinente para depois realizarem consultas de preços e procedimentos de aquisição. Em articulação com o desenvolvimento administrativo da educação inteligente, o FE e as associações educativas criaram em 2023 o “Grupo de Trabalho para a Optimização Administrativa do Plano de Financiamento para o Desenvolvimento das Escolas”, tendo implementado até à presente data 44 medidas de optimização para alívio do trabalho administrativo das escolas, incluindo a implementação do sistema electrónico de financiamento, a prestação de formação específica ao pessoal das escolas, a criação de um mecanismo uniforme de resposta a consulta, e a integração organização e elaboração de um conjunto de perguntas mais frequentes levantadas por parte das escolas, a fim de esclarecer atempadamente as questões sobre o plano de financiamento referido e elevar a eficácia da sua execução. No ano lectivo de 2025/2026, foi implementada uma série de medidas de optimização que abrange as diferentes fases de financiamento, nomeadamente os prazos de candidatura, de execução e de apresentação de relatório, para que as escolas possam realizar actividades com maior flexibilidade e de formas distintas, reduzir a repetição da introdução de dados pelas escolas, de modo a simplificar os seus trabalhos administrativos.

Ficam assim dadas as respostas relativamente às questões colocadas. Agradeço a sua atenção e apoio aos trabalhos na área dos Assuntos Sociais e Cultura. Muito obrigada.

A Secretária para os Assuntos Sociais e Cultura,

O Lam

7 de Janeiro de 2026